



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

26/12/2017 ATÉ 26/12/2017

INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG CARLINHOS FILHO.....	1
	1.2 SITE O PROGRESSO.....	2
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG DO SABÁ.....	3
	2.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	4
	2.3 SITE PORTAL GADITAS.....	5
3	ELEIÇÕES TJ	
	3.1 SITE FOLHA DE SÃO PAULO	6
4	EXECUÇÕES PENAIS	
	4.1 SITE CORREIO POPULAR.....	7
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	8 9
	5.2 BLOG ATUAL 7.....	10
	5.3 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	11
	5.4 SITE SINDJUS.....	12
6	PLANTÃO NO TJMA	
	6.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	13 14
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	15
	7.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	16
	7.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	17
8	SERVIDOR PÚBLICO	
	8.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	18
9	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	9.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	19

Presidente do TJMA diz que quer o Poder Judiciário próximo do cidadão

26/12/2017 18:03:46

O presidente do TJMA afirmou que quer uma Justiça ao alcance do cidadão (Foto: Ribamar Pinheiro)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou, nesta terça-feira (26), que quer o Poder Judiciário próximo do cidadão, ao alcance da sociedade, sendo a sua mais sólida garantia.

"Queremos uma Justiça simples, real, despida de tudo que a possa tornar dificultosa, a fim de que a população a compreenda melhor e possa nela crer, convencida que ela é a defensora natural do patrimônio moral e material da sociedade".

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos declarou que a diretriz estratégica de sua gestão é elevar a primazia absoluta à qualidade da prestação jurisdicional, entendendo-se por qualidade não apenas o teor científico das decisões proferidas, como também o tempo que se leva para proferi-las e para fazer com que elas sejam cumpridas.

Frente às adversidades que surgirem durante sua gestão, o magistrado disse que não poupará esforços para perseguir e concretizar os objetivos traçados pelo Judiciário para o biênio 2018/2019, com a superação de todos os obstáculos que surgirem no caminho, numa luta constante e sempre renovada

"Há 30 anos exercendo a Magistratura, entre os quais 11 no Tribunal de Justiça, dedico-me ao estudo dos problemas que palpitam e agitam a estrutura do Poder Judiciário. Guiado pela preocupação constante de fortalecer o prestígio da Justiça e, perfeitamente entrosado na diretriz definida pela Corte Estadual, darei o máximo da minha contribuição, visando manter, em alto nível, o respeito e a admiração pelo Judiciário maranhense", enfatizou.

Na esfera propriamente jurisdicional, o desembargador afirmou que a orientação da sua gestão no Tribunal de Justiça é manter atualizadas as atividades institucionais que objetivam maior aproximação com os cidadãos, dando resposta judicial efetiva à sociedade maranhense.

De acordo com o presidente do TJMA, é indispensável tornar realidade a gestão planejada, com receitas e despesas tendo um encontro com a realidade bem estudada e aferida, longe de fantasias e caprichos pessoais.

"Este será o norte gerencial da nossa gestão. Toda e qualquer revisão de nossas estruturas organizacionais e procedimentos administrativos terá em mira garantir melhor apoio às atividades vinculadas à entrega da prestação jurisdicional", frisou.

Maranhão lidera ranking de magistrados punidos pelo CNJ

Um levantamento da movimentação processual relativa ao número de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) instaurados pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra juízes e desembargadores mostrou que, desde que foi criado, em 2005, o CNJ já aplicou 85 penalidades a magistrados brasileiros.

Os dois tribunais com maior número de magistrados punidos são: Tribunal de Justiça do Maranhão e Tribunal de Justiça do Mato Grosso, com 12 e 11 casos, respectivamente.

No estado, entre os punidos está o juiz José de Arimatéia Correia Silva, que era titular da 5ª Vara Cível de São Luis e foi aposentado compulsoriamente pelo CNJ em 2012. Os conselheiros consideraram que o magistrado agiu com negligência e parcialidade em ações que envolviam grandes somas de dinheiro, quase sempre em prejuízo de empresas de grande porte ou instituições financeiras.

O maior número de julgamento de PADs ocorreu em 2017: foram 16 ao todo. Desses, houve aplicação de penalidade em 11 casos. Foram nove casos de aposentadorias compulsórias, um caso de demissão e outro de censura. Os dados foram levantados pela Secretaria Processual do CNJ.

De 2006 a 2017, o órgão de fiscalização e planejamento do Judiciário determinou 54 aposentadorias compulsórias, 10 censuras, sete disponibilidades, quatro remoções compulsórias, cinco demissões de servidor e cinco advertências.

Os processos administrativos destinam-se à apuração da responsabilidade de juízes e titulares de serviços notariais e de registro por infração disciplinar no exercício da função. Denúncias de irregularidades praticadas por magistrados podem ser feitas por qualquer pessoa ou chegar ao CNJ por meio de processos que tramitam nas corregedorias dos Tribunais.

O Plenário determina a abertura dos PADs; após instaurados, julga-os, decidindo se cabe punição e, se couber, qual das penas previstas na Lei Orgânica da Magistratura deve ser aplicada em cada caso.

Em 2017, o CNJ realizou 24 sessões presenciais e 11 sessões virtuais. Foram julgados 372 processos: 146 nas sessões presenciais e 226 nas virtuais. O balanço também revelou que, em 2017, foram distribuídos 9.942 processos e arquivados 10.313. Seguem em tramitação 3.921 processos.

CNJ suspende aumento de auxílio-alimentação para magistrados do MA

O corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro João Otávio de Noronha, determinou a suspensão do aumento do auxílio-alimentação para desembargadores e juízes membros do Poder Judiciário do Maranhão.

A decisão foi proferida na última terça-feira 19, após o Noronha haver sido atendido no pedido de providências sobre o caso, feito ao novo presidente da Corte maranhense, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), que requereu e teve concedida a habilitação como terceira interessada, apresentou também alegações semelhantes.

Para o corregedor do CNJ, porém, há indícios de que o aumento da verba esteja “desproporcional e incompatível com os princípios da moralidade”. Por esta razão, ele negou o pedido de “urgência do pagamento em conformidade com a nova regulamentação”, feito por José Joaquim em sua manifestação sobre o caso, e decidiu suspender o penduricalho.

A resolução que aumentou o auxílio-alimentação dos magistrados maranhenses para 10% do subsídio de Suas Excelências, conforme dispositivo aprovado em sessão plenária no último dia 13, entrou em vigor dois dias depois, quando ocorreu sua publicação, com efeitos financeiros para o dia 1º de janeiro de 2018.

Com a suspensão, o pagamento permanecerá a ser o do valor anterior, até a deliberação do CNJ, nos termos de um provimento aprovado pela instituição no início deste mês, que “estabelece diretrizes gerais para o pagamento de subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça”.

CNJ suspende aumento de auxílio-alimentação para magistrados do MA

Novo presidente da Corte ainda tentou argumentar legalidade no penduricalho. Decisão é do ministro João Otávio de Noronha

23/12/2017 22h07min - Atualizado em 23/12/2017 22h26min

PUBLICADO POR YURI ALMEIDA

O corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro João Otávio de Noronha, determinou a suspensão do aumento do auxílio-alimentação para desembargadores e juízes membros do Poder Judiciário do Maranhão.

A decisão foi proferida na última terça-feira 19, após o Noronha haver sido atendido em um pedido de providências sobre o caso, feito ao novo presidente da Corte maranhense, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

JJ, como é conhecido o novo comandante do TJ-MA, defendeu a legalidade do aumento do penduricalho e apelou para a necessidade de “assegurar tratamento constitucional simétrico entre os magistrados e os membros do Ministério Público”. A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), que requereu e teve concedida a habilitação como terceira interessada, apresentou também alegações semelhantes.

Para o corregedor do CNJ, porém, há indícios de que o aumento da verba esteja “desproporcional e incompatível com os princípios da moralidade”. Por esta razão, ele negou o pedido de “urgência do pagamento em conformidade com a nova regulamentação”, feito por José Joaquim em sua manifestação sobre o caso, e decidiu suspender o aumento do penduricalho.

A resolução que aumentou o auxílio-alimentação dos magistrados maranhenses para 10% do subsídio de Suas Excelências, conforme dispositivo aprovado em sessão plenária no último dia 13, entrou em vigor dois dias depois, quando ocorreu sua publicação, com efeitos financeiros para o dia 1º de janeiro de 2018.

Com a suspensão, o pagamento permanecerá a ser o do valor anterior, até a deliberação do CNJ, nos termos de um provimento aprovado pela instituição no início deste mês, que “estabelece diretrizes gerais para o pagamento de subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça”.

Visita - Juíza de Pedreiras realiza audiência com apenados da APAC

25/12/2017 00:00:00

Na última quarta-feira (20), a juíza titular da 2ª Vara da comarca de Pedreiras, Ana Gabriela Costa Everton, visitou a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pedreiras (APAC), entidade dedicada a promover a recuperação e reintegração de condenados a penas privativas de liberdade.

Na ocasião, a magistrada realizou audiência com os recuperandos beneficiários da Saída Temporária de Natal, no período de 21 a 27 de dezembro, advertindo-os sobre as condições a serem cumpridas durante o período, para garantir a manutenção do direito. Em abril deste ano, 42 recuperandos foram beneficiados com a Saída Temporária de Páscoa, apresentando um retorno de 100% à APAC.

A Saída Temporária é uma previsão da Lei de Execuções Penais (LEP) que tem por objetivo a ressocialização do condenado, permitindo sua gradativa reintegração ao convívio social. São beneficiários os condenados que cumprem pena no regime semi-aberto - quando podem sair da prisão para estudar ou trabalhar -; já tenham cumprido pelo menos 1/6 (primários) ou 1/4 (reincidentes) da pena e apresentem comportamento adequado

A magistrada participou de atividade natalina na entidade, que também objetivou a interação dos recuperandos com seus familiares, outro objetivo da política de ressocialização. A APAC de Pedreiras conta atualmente com 67 recuperandos no regime fechado; 43 no regime semiaberto e 33 no regime aberto.

O método APAC - A Associação de Proteção e Assistência aos condenados é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, destinada a promover a reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade.

O trabalho da APAC se baseia na valorização humana, atuando como auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento de penas privativas de liberdade. Na APAC, os próprios presos são co-responsáveis pela sua recuperação, contando com assistências médica, psicológica, jurídica e espiritual, que são prestadas pela comunidade.

A segurança e disciplina do presídio são feitas com a colaboração dos próprios apenados, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores da entidade, sem a presença de policiais e agentes penitenciários. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles executam atividades variadas, evitando a ociosidade.

Fonte: TJMA

ATOS DE VANDALISMO EM COELHO NETO - Defesa recorre, mas TJ mantém ex-vereador com restrições de liberdade

Do Blog Observatório dos Cocais

Por volta do meio dia de hoje, segunda-feira (25), o presidente do tribunal de justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim, julgou Hábeas Corpus protocolado pela defesa do ex-vereador de Coelho Neto, Edvaldo Alves, mais conhecido como Val.

A defesa do vereador atacou os argumentos do Delegado de Polícia que levaram a prisão do ex-vereador, e pediu a liberdade imediata do réu. Ponto que o desembargador negou, porém deferiu em parte a argumentação da defesa.

O presidente do Tribunal concordou que pela idade avançada do ex-vereador, que tem mais de 60 anos, e pelo quadro clínico de Hipertensão e Diabetes que o réu apresenta, seria arriscado mantê-lo no presídio de Caxias, optando então pela restrição parcial de liberdade. Na decisão, o desembargador determina horários em que o réu poderia ficar na rua, uso de tornozeleira eletrônica, e a proibição de permanecer em locais com aglomeração de pessoas.

Entenda o caso

Val foi preso no último final de semana após solicitação da Polícia Civil, pois segundo farto material comprobatório o ex-vereador estava diretamente envolvido no protesto que culminou em atos de vandalismo no centro de Coelho Neto na última quarta-feira (20).

NADA DE CRISE PARA O JUDICIÁRIO! Aprovado na Assembleia projeto que reajusta em 5% salários dos servidores

A Assembleia Legislativa do Estado aprovou, nesta quinta-feira (21), o Projeto de Lei, que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário.

O projeto foi encaminhado para votação no Parlamento estadual pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, cujo presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, foi pessoalmente à Assembleia Legislativa conversar com o presidente da Casa, deputado Othelino Neto, e parlamentares estaduais, pedindo agilidade na votação e aprovação da matéria.

O presidente disse que vai aguardar agora a sanção do governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, e a publicação da lei que beneficia os servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais. O governador do estado já demonstrou interesse em promover o reajuste.

Nada mal para servidores do judiciário, que já não recebem tão mal. Pelo contrário contam até com um bom salários, alguns bem 'gordos'. Enquanto todo a maioria esmagadora do trabalhador brasileiro amarga a retirada de benefícios. Neste ano de 2017, por exemplo, houve até a diminuição do salário mínimo, um total absurdo, na contramão do desenvolvimento, e foram inúmeros casos de desemprego, sem contar milhões de pessoas que buscam trabalho, sem conseguir.

Informações da Câmara municipal de São Luís

Ricardo Diniz é condecorado e entrega medalha

Simão Estácio daSilveira por Beto Castro

O vereador Ricardo Diniz (PCdoB) foi homenageado com a medalha Simão Estácio da Silveira, uma honraria destinada às pessoas que contribuem significativamente com o município de São Luís. A honraria foi uma iniciativa do vereador Beto Castro (Pros). O evento aconteceu no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e contou com a presença de homenageados, familiares e convidados que acompanharam a outorga da medalha "Simão Estácio da Silveira" durante a cerimônia tradicional, quando o Legislativo da capital rende suas homenagens àqueles que se destacam nas mais diversificadas áreas de atuação.

Ricardo Diniz revelou sua grande satisfação com a homenagem. "É um privilégio, agradeço ao vereador Beto Castro pela iniciativa. Isso só aumenta nossa responsabilidade de continuar contribuindo com o desenvolvimento do município. E, como vereador, estarei sempre à disposição para ajudar na resolução de questões importantes para a população da cidade", destacou o vereador.

Ricardo Diniz homenageou também três personalidades que prestam relevantes serviços à sociedade ludovicense. Receberam a condecoração, outorgada pelo vereador, o Desembargador Paulo Velten, do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Pastor Rodrigo Antônio Aranha Arrais, vice-presidente da Igreja Batista do Angelim e a Pedagoga Maria Neuza da Silva Ribeiro, que tem importante atuação como professora e coordenadora da rede pública de ensino do município e em 2016 foi indicada para assumir a vice-presidência do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, CMDCA.

Durante a sessão solene foram 93 homenageados com a medalha, que a mais alta condecoração concedida pela Câmara Municipal de São Luís.

José Joaquim prega um Judiciário mais próximo do cidadão

26/12/2017 15:23:57

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou, nesta terça-feira (26), que quer o Poder Judiciário próximo do cidadão, ao alcance da sociedade, sendo a sua mais sólida garantia.

"Queremos uma Justiça simples, real, despida de tudo que a possa tornar dificultosa, a fim de que a população a compreenda melhor e possa nela crer, convencida que ela é a defensora natural do patrimônio moral e material da sociedade".

O desembargador declarou que a diretriz estratégica de sua gestão é elevar a primazia absoluta à qualidade da prestação jurisdicional, entendendo-se por qualidade não apenas o teor científico das decisões proferidas, como também o tempo que se leva para proferi-las e para fazer com que elas sejam cumpridas.

Frente às adversidades que surgirem durante sua gestão, o magistrado disse que não poupará esforços para perseguir e concretizar os objetivos traçados pelo Judiciário para o biênio 2018/2019, com a superação de todos os obstáculos que surgirem no caminho, numa luta constante e sempre renovada

"Há 30 anos exercendo a Magistratura, entre os quais 11 no Tribunal de Justiça, dedico-me ao estudo dos problemas que palpitam e agitam a estrutura do Poder Judiciário. Guiado pela preocupação constante de fortalecer o prestígio da Justiça e, perfeitamente entrosado na diretriz definida pela Corte Estadual, darei o máximo da minha contribuição, visando manter, em alto nível, o respeito e a admiração pelo Judiciário maranhense", enfatizou.

Na esfera propriamente jurisdicional, o desembargador afirmou que a orientação da sua gestão no Tribunal de Justiça é manter atualizadas as atividades institucionais que objetivam maior aproximação com os cidadãos, dando resposta judicial efetiva à sociedade maranhense.

De acordo com o presidente do TJMA, é indispensável tornar realidade a gestão planejada, com receitas e despesas tendo um encontro com a realidade bem estudada e aferida, longe de fantasias e caprichos pessoais.

"Este será o norte gerencial da nossa gestão. Toda e qualquer revisão de nossas estruturas organizacionais e procedimentos administrativos terá em mira garantir melhor apoio às atividades vinculadas à entrega da prestação jurisdicional", frisou.

The post [José Joaquim prega um Judiciário mais próximo do cidadão](#) appeared first on [Blog do Gláucio Ericeira](#).

Saída temporária de natal é concedida a 57 detentos

O benefício faz parte do programa de ressocialização e determina que todos os beneficiados retornem no dia 1º de janeiro de 2018.

Um total de 57 detentos receberam o direito à saída temporária de natal este ano em Imperatriz. Em todo o Maranhão serão 684 beneficiados.

Para receber o benefício, e ter direito de sair na véspera do feriado, dia 24, os detentos devem ter bom comportamento carcerário e terem cumprindo no mínimo um terço da pena.

O agente penitenciário Jairo Araújo relembra que todos os beneficiados devem retornar até a data limite, no dia 1º de janeiro de 2018. “Caso eles não retornem serão considerados foragidos da justiça e responderão por isso com a regressão da pena”, destacou.

Durante o período do indulto de natal, o interno não pode frequentar bares, shows ou similares. Além disso, não pode consumir bebidas alcoólicas e devem estar em casa a partir das oito da noite.

Cunhada de Sarney sofre derrota inusitada em tribunal no Maranhão

A desembargadora Nelma Sarney, cunhada do ex-presidente, acusada de nepotismo no CNJ

THAIS BILENKY

ENVIADA ESPECIAL A SÃO LUÍS (MA)

24/12/2017 02h00

Compartilhar3,9 mil

Mais opções

Em uma demonstração do momento de virada na política maranhense, o Tribunal de Justiça do Estado quebrou uma tradição de décadas e não apontou a desembargadora Nelma Sarney para a sua presidência.

Por ser a mais antiga da corte, a juíza, casada com Ronald, irmão do ex-presidente José Sarney, esperava ser aclamada presidente para o biênio 2018-2019, mas foi surpreendida pela candidatura de José Joaquim Figueiredo dos Anjos, anunciada pouco antes da eleição, em outubro.

Em votação secreta, ele obteve apoio de 16 colegas, ela de dez. Um se absteve.

No último dia 15, durante a cerimônia de posse, o novo presidente do tribunal prometeu fazer uma gestão transparente e citou o governador Flávio Dino (PCdoB), adversário da família Sarney.

"O governador sempre nos trouxe apoio e eu não posso desprezar essas iniciativas", disse Anjos. Presente, Dino defendeu que "cada [Poder] cumpra o seu papel".

Em uma entrevista ao jornal "O Estado do Maranhão", de propriedade da família Sarney, Nelma relatou desapontamento com a disputa interna. "Foram dois meses de muita angústia, porque um momento que poderia ser de consagração, pela regra da tradição, que vem acontecendo há dois séculos no tribunal, será de disputa", afirmou, em outubro. "Nunca pensei que eu fosse passar pelo que estou passando."

À Folha Nelma disse entender "que só pode haver dois resultados em uma eleição: ganhar ou perder. O mais importante é que a terceira corte de Justiça mais antiga do país continua unida".

"Desejo, com meu apoio e de todos os membros, que o desembargador José Joaquim, juntamente com todos aqueles que recentemente assumiram a missão de dirigir algum órgão da Justiça maranhense, deem continuidade ao processo de modernização dos serviços judiciais."

NEPOTISMO

Ex-presidente do TRE-MA (Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão), em 2009, a desembargadora tem contra si seis processos no CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Em um deles, de setembro, a Corregedoria Nacional de Justiça a questiona por suposto nepotismo ao ter votado

na eleição do juiz do TRE-MA na vaga da classe de advogado, em que concorreu Frederico Augusto Costa Lima, sobrinho de seu marido.

A eleição interna foi questionada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) inicialmente porque os outros dois candidatos não se enquadravam nos critérios da disputa, uma por não ter dez anos de advocacia e o outro por ter parentesco com desembargador.

No TSE, o ministro Herman Benjamin, porém, constatou que, na verdade, os três cotados eram inaptos para o cargo por nepotismo -dois sobrinhos e uma filha de juízes.

"É incontroverso que Costa Lima é parente de terceiro grau, por afinidade, da desembargadora Nelma Sarney, a qual participou da escolha do indicado, nele votando. Trata-se de conduta que não pode, em nenhuma circunstância, ser chancelada por esta corte", reagiu Benjamin.

O ministro determinou que o CNJ fosse comunicado, e o caso está em tramitação.

A desembargadora argumentou que "não há relação de parentesco direta com o advogado indicado, mas indireta em razão de matrimônio". Por esse motivo, ela disse, "a indicação não contraria norma do Conselho, na qual o impedimento segue até o 2º grau".

São Luís tem rotina alterada durante o feriado de Natal

25/12/2017

Shoppings, bancos e órgãos públicos, não funcionam hoje; UPAs atenderão normalmente

Assistência em pronto-atendimento, as UPAs funcionam no feriado

O feriado de Natal, comemorado hoje, 25, mexe com a rotina da cidade. Os shoppings, por exemplo, que faturaram bastante até a noite de ontem, não abrirão as portas hoje. Idem os órgãos públicos municipais e estaduais, que só retomam a rotina amanhã. As atividades nas agências bancárias ficam suspensas em todo o Maranhão. Os hospitais de emergência e os plantões policiais, no entanto, funcionam hoje normalmente.

O expediente foi suspenso para o Poder Judiciário, valendo apenas a escala de plantão nesta segunda-feira, tanto na primeira quanto na segunda instância. Isto para garantir o atendimento às demandas judiciais urgentes, na esfera cível e na criminal. As unidades de pronto-atendimento (UPAs) da capital estão atendendo normalmente hoje.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) informou que, por se tratar de uma atividade essencial, os supermercados podem funcionar em horário livre, desde que as empresas tenham interesse. Já o funcionamento do transporte público na capital será normal, ou seja, não haverá redução de frota, no sentido de que a população possa se deslocar com tranquilidade.

Saiba mais

ABRE/FECHA

Supermercados Mateus

Fechados

Órgãos públicos municipais e estaduais

Não funcionam

Shoppings

Fechados/exceto alimentação e cinema

Bancos

Atividades suspensas

Tribunal de Justiça

Funciona em escala de plantão

Unidades de Pronto Atendimento (UPA)

Atendem normalmente

Plantão de JJ no TJMA

Quem tentou falar com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, durante o feriadão, o encontrou dando expediente normal no piso térreo do prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde ficou funcionando a secretaria judicial do plantão do Segundo Grau. Como plantonista da Justiça de 2º grau ele ficou até o dia 25 atendendo as demandas cujo direito postulado corria risco de perecimento durante o período.

"Queremos uma Justiça simples, real, despida de tudo que a possa tornar dificultosa", diz presidente

José Joaquim Figueiredo, presidente do TJ, disse nesta terça-feira, 26, que quer o Poder Judiciário próximo do cidadão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador José Joaquim Figueiredo, afirmou, nesta terça-feira, 26, que quer o Poder Judiciário próximo do cidadão, ao alcance da sociedade, sendo a sua mais sólida garantia.

"Queremos uma Justiça simples, real, despida de tudo que a possa tornar dificultosa, a fim de que a população a compreenda melhor e possa nela crer, convencida que ela é a defensora natural do patrimônio moral e material da sociedade".

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos declarou que a diretriz estratégica de sua gestão é elevar a primazia absoluta à qualidade da prestação jurisdicional, entendendo-se por qualidade não apenas o teor científico das decisões proferidas, como também o tempo que se leva para proferi-las e para fazer com que elas sejam cumpridas.

Frente às adversidades que surgirem durante sua gestão, o magistrado disse que não poupará esforços para perseguir e concretizar os objetivos traçados pelo Judiciário para o biênio 2018/2019, com a superação de todos os obstáculos que surgirem no caminho, numa luta constante e sempre renovada

"Há 30 anos exercendo a Magistratura, entre os quais 11 no Tribunal de Justiça, dedico-me ao estudo dos problemas que palpitam e agitam a estrutura do Poder Judiciário. Guiado pela preocupação constante de fortalecer o prestígio da Justiça e, perfeitamente entrosado na diretriz definida pela Corte Estadual, darei o máximo da minha contribuição, visando manter, em alto nível, o respeito e a admiração pelo Judiciário maranhense", enfatizou.

Na esfera propriamente jurisdicional, o desembargador afirmou que a orientação da sua gestão no Tribunal de Justiça é manter atualizadas as atividades institucionais que objetivam maior aproximação com os cidadãos, dando resposta judicial efetiva à sociedade maranhense.

De acordo com o presidente do TJMA, é indispensável tornar realidade a gestão planejada, com receitas e despesas tendo um encontro com a realidade bem estudada e aferida, longe de fantasias e caprichos pessoais.

"Este será o norte gerencial da nossa gestão. Toda e qualquer revisão de nossas estruturas organizacionais e procedimentos administrativos terá em mira garantir melhor apoio às atividades vinculadas à entrega da prestação jurisdicional", frisou.

Cidade da Justiça

Batido o martelo para a construção do complexo Cidade da Justiça, que será construído em terreno localizado em frente ao Fórum de São Luís, na Avenida Carlos Cunha, no Calhau. O complexo será composto por três edifícios a serem erguidos em área desmembrada do chamado Sítio Santa Eulália, a fim de abrigar as sedes do Tribunal de Justiça, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública estadual.

CGJ-MA divulga escalas de plantão de comarcas

Durante o recesso do Poder Judiciário maranhense - no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro -, as comarcas do interior do Maranhão estão funcionando sob regime de plantão, assegurando a prestação ininterrupta dos serviços judiciários e o atendimento aos casos urgentes, sejam novos ou em curso.

O plantão judiciário de 1º Grau foi regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio dos Provimentos Nº 39/2017 e Nº 40/2017, e também segue - quanto à suspensão de prazos e à prática de determinados atos - a Resolução Nº 67/2016 do TJMA, que dispõe sobre o recesso forense.

Segundo as normas, nas comarcas com três ou mais unidades judiciárias, o plantão judiciário será exercido por equipe formada por um magistrado, um secretário judicial e um oficial de Justiça. Nas comarcas com menos de três unidades, o juiz deve designar um servidor para cada período de seis dias, a fim de atender eventuais pedidos de remessa de autos ao juiz plantonista.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressalta a importância da ampla divulgação das escalas de plantonistas das comarcas do Maranhão, que devem estar afixadas, com os respectivos telefones, nas entradas dos fóruns. "Toda a magistratura de 1º Grau está trabalhando para assegurar o atendimento das demandas urgentes durante o recesso", afirma.

ESCALAS DE PLANTÃO - COMARCAS DA REGIÃO

- Açailândia: telefone: (99) 3538-4995

- 20 a 21/12: Juíza Clécia Pereira Monteiro; Secretária: Maria Raimundo; Oficial de Justiça: Marcos Ribeiro;

- 22 a 24/12: Juiz: Pedro Guimarães Júnior; Secretária: Andreia Amaral Rodrigues; Oficial de Justiça: Edivanísio;

- 25 a 27/12: Juiz: Frederico Feitosa; Secretária: Márcio Costa; OJ: Jarbas;

- 28 a 30/12: Pedro Guimarães Junior; Secretária: Marcia; OJ: Marcia Aoki;

- 31/12 a 02/01: Juiz: Franklin Brandão Junior; Secretário: José Miguel Silva; OJ: Braulio Pedrosa.

- Balsas: telefone: (99) 3541-0013/ 98859-0813

- 21 a 28/12: Juíza Nirvana Maria Mourão; Secretário Janete Maria (99) 98814-7715; Oficiais de Justiça: Francisco Messias (99) 988566438

- 28/12/17 a 08/01/2018: Juíza; Elaine Silva Carvalho; Secretária: Maria da Silva Lima; Oficial de Justiça: Manoel José Ribeiro.

- Barra do Corda: Telefone: (99) 3643-1435

- 20 a 28/12 - Juiz Antônio Elias de Queiroga Filho; Servidores: Ivanilde Carvalho Garreto de Sousa -(99) 3643 - 4461, (99) 98208 - 7544, (99) 98100-1102 / Nahym Ribeiro Abas (99) 98105 - 7037; OJ: Carlos Marques de Almeida (99) 98817-4893 / Keillane Carvalho Martins (99) 98135-7999.

- 29/12 a 06/01 - Juiz Iran Kurban Filho; Servidores: Luciano Itaribe Andrade de Sousa (86) 98804 - 9076 / Roselândia Fortaleza Albuquerque (99) 98804 - 0016 / (99) 98250-6896; OJ: José Luís dos Anjos Nascimento (99) 98804-3027 / Tácito Mário de Moura Carvalho (99) 98828 - 9177.

- Buriticupu - 20 a 26/12: Juiz Henrique Ribeiro de Souza; Secretária: Fernanda Oliveira Pinheiro; Oficial: Francildo Teixeira; Contato: (98) 3664-7513;

- 26/12 a 02/01: Juiz Raphael Leite Guedes; Secretária: Renata Cerveira; Oficial: Jaqueline Sousa Barros. Contato: (98) 3664-6030;

- 02 a 09/01: Juiz Duarte Henrique Ribeiro de Souza; Secretária: Fernanda Oliveira Pinheiro; Oficial: Francildo Teixeira. Contato: (98) 3664-7513.

- Estreito - 25/12 a 31/01: Juízo da 1ª Vara; Secretária: Terezinha Tavares (99) 991765512 / (99) 35317990 OJ: Isabel Gamita

- 01 a 07/01: Juízo da 2ª Vara; Secretária: Jarciana Monteiro (99)991261310 / (99) 35317871; Assessora: Euzeli Rocha (99) 9991802233 / (99) 981251391; OJ: Lucivan Brilhante.

- Imperatriz: telefone: (99) 98815-0007

- 18/12 a 24/12/2017 - Juíza: Iris Daniele de Araújo Santos - 3ª Vara da Família;

- 25/12 a - 31/12/2017 - Juíza: Dayna Leão Tarja Reis Teixeira - 2º Juizado Cível;

- 01/01 a 07/01/2018 - Juiz: Joscelmo Sousa Gomes - 1º Juizado Cível.

- João Lisboa: - 20 a 30/12: Juíza Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro (99) 92080387;

- 31/12 a 08/01 - Juiz Glender Malheiros Guimarães (99) 984215290.
- Porto Franco: telefones: (99) 98199-1625 / 981681603/ 981808268 / 981247039/ 981254097 / 98119-6179 / 98133-8058 / 84071495 / 981550806 / 98129-1240;
- 20 a 29/12: Juiz Aureliano Coelho Ferreira;
- 30/12 a 06/01: Juiz Antonio Donizete Aranha Baleeiro.
- Santa Inês - 20-24/12: Juíza Denise Pedrosa Torres - Fone: 98148-6021/99163-1340; Secretária: Edileuza Freitas Santos - Fone: 98148-6021/99163-1340; Assessoria: Luana Mata de Moraes - Fone: 98125-2574; Oficial: Samuel G. Cantanhede - Fone: 98859-8910/98122-7071;
- 25 a 31/12: Juiz Alessandro Bandeira Figueirêdo - Fone: 3653-0933; Secretária.: Sintia Maria F. Maia - Fone: 98114-4420 Assessor: Ulysses Campos Neto - Fone: 98170-7751 Oficiala: Paulo Augusto Lopes - Fone: 98725-9304 Oficial: Wilsom M. do Vale - Fone: 98178-6423.

Tribunal manda soltar ex-vereador Val e frustra a sanha dos "poderosos" de Coelho Neto

Ex-vereador Val: símbolo da luta contra os tiranos de Coelho Neto

Praticamente na mesma hora em que os "capachos" do prefeito de Coelho Neto Américo de Sousa (PT) socializavam com deboche nas redes sociais a foto do ex-vereador Edvaldo Alves - Val preso, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão José Joaquim, atuando como plantonista, acolhia o pedido de habeas corpus da defesa pela sua soltura. Dentre as alegações estava a de que o ex-vereador tem mais de 60 anos e tem quadro clínico de hipertensão e diabetes.

Apesar da liberação do presídio de Caxias o presidente fez algumas restrições como: proibição de ausentar-se da Comarca de Coelho Neto, comparecimento periódico ao juízo, proibição de acesso a bares, restaurantes e locais com aglomeração de pessoas, recolhimento domiciliar no período noturno e dias de folga e monitoramento eletrônico. Funcionaram na defesa os advogados Dr. Val Filho e Dr Delbão Machado.

Desde que teve sua prisão anunciada o clima de revolta na cidade é visível. Nas redes sociais é fácil ver pessoas cobrando e questionando os motivos da prisão, o fato de outras pessoas também não terem sido presas, o uso abusivo das algemas, a exclusividade dada a mídia ligada ao prefeito e a inércia em resolver problemas que de fato, ameaçam a comunidade.

Segundo fontes do blog, era grande a torcida de "poderosos" para que a soltura só fosse autorizada após o réveillon, mas como no Maranhão ainda tem justiça, o desejo daqueles que se acham donos do poder foram frustrados.

Se pensavam que com essa prisão iriam manchar o nome do ex-vereador acabaram dando com os burros n' água, pois ele sai como símbolo de resistência e bravura aos tiranos que tentam a todo custo transformar Coelho Neto em um feudo.

Não conseguirão! Viva a liberdade, viva a justiça!

Maranhão lidera ranking de magistrados punidos pelo CNJ

Publicado às 26/12/17 10h33

Um levantamento da movimentação processual relativa ao número de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) instaurados pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra juízes e desembargadores mostrou que, desde que foi criado, em 2005, o CNJ já aplicou 85 penalidades a magistrados brasileiros.

Os dois tribunais com maior número de magistrados punidos são: Tribunal de Justiça do Maranhão e Tribunal de Justiça do Mato Grosso, com 12 e 11 casos, respectivamente.

No estado, entre os punidos está o juiz José de Arimatéia Correia Silva, que era titular da 5ª Vara Cível de São Luis e foi aposentado compulsoriamente pelo CNJ em 2012. Os conselheiros consideraram que o magistrado agiu com negligência e parcialidade em ações que envolviam grandes somas de dinheiro, quase sempre em prejuízo de empresas de grande porte ou instituições financeiras.

O maior número de julgamento de PADs ocorreu em 2017: foram 16 ao todo. Desses, houve aplicação de penalidade em 11 casos. Foram nove casos de aposentadorias compulsórias, um caso de demissão e outro de censura. Os dados foram levantados pela Secretaria Processual do CNJ.

De 2006 a 2017, o órgão de fiscalização e planejamento do Judiciário determinou 54 aposentadorias compulsórias, 10 censuras, sete disponibilidades, quatro remoções compulsórias, cinco demissões de servidor e cinco advertências.

Os processos administrativos destinam-se à apuração da responsabilidade de juízes e titulares de serviços notariais e de registro por infração disciplinar no exercício da função. Denúncias de irregularidades praticadas por magistrados podem ser feitas por qualquer pessoa ou chegar ao CNJ por meio de processos que tramitam nas corregedorias dos Tribunais.

O Plenário determina a abertura dos PADs; após instaurados, julga-os, decidindo se cabe punição e, se couber, qual das penas previstas na Lei Orgânica da Magistratura deve ser aplicada em cada caso.

Em 2017, o CNJ realizou 24 sessões presenciais e 11 sessões virtuais. Foram julgados 372 processos: 146 nas sessões presenciais e 226 nas virtuais. O balanço também revelou que, em 2017, foram distribuídos 9.942 processos e arquivados 10.313. Seguem em tramitação 3.921 processos.

Fonte: Caldeirão Político

CNJ suspende aumento de auxílio-alimentação para magistrados do MA

O corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro João Otávio de Noronha, determinou a suspensão do aumento do auxílio-alimentação para desembargadores e juízes membros do Poder Judiciário do Maranhão.

A decisão foi proferida na última terça-feira 19, após o Noronha haver sido atendido em um pedido de providências sobre o caso, feito ao novo presidente da Corte maranhense, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, novo presidente do TJMA, defendeu a legalidade do aumento do penduricalho e apelou para a necessidade de “assegurar tratamento constitucional simétrico entre os magistrados e os membros do Ministério Público”. A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), que requereu e teve concedida a habilitação como terceira interessada, apresentou também alegações semelhantes.

Para o corregedor do CNJ, porém, há indícios de que o aumento da verba esteja “desproporcional e incompatível com os princípios da moralidade”. Por esta razão, ele negou o pedido de “urgência do pagamento em conformidade com a nova regulamentação”, feito por José Joaquim em sua manifestação sobre o caso, e decidiu suspender o aumento do penduricalho.

A resolução que aumentou o auxílio-alimentação dos magistrados maranhenses para 10% do subsídio de Suas Excelências, conforme dispositivo aprovado em sessão plenária no último dia 13, entrou em vigor dois dias depois, quando ocorreu sua publicação, com efeitos financeiros para o dia 1º de janeiro de 2018.

Com a suspensão, o pagamento permanecerá a ser o do valor anterior, até a deliberação do CNJ, nos termos de um provimento aprovado pela instituição no início deste mês, que “estabelece diretrizes gerais para o pagamento de subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça”.

Fonte: Blog Atual7